

“SEM LENÇO, SEM DOCUMENTO”: NOTAS SOBRE O TRABALHO FEMININO FABRIL A DOMICÍLIO*

*Beatriz Regina Zago de Azevedo***

Neste texto vai se apresentar algumas reflexões relacionadas com uma pesquisa em andamento sobre as operárias a domicílio vinculadas à indústria de artefatos de couro no Vale do Rio dos Sinos, região calçadista do Rio Grande do Sul. Mesmo que a pesquisa ainda se encontre em sua fase inicial, a intenção aqui é levantar questões teóricas mais diretamente envolvidas com a construção do objeto de estudo, discutir hipóteses de trabalho, bem como especular um pouco sobre as informações obtidas nos primeiros contatos estabelecidos com as operárias.

Por **trabalho a domicílio** entende-se o trabalho remunerado exercido no âmbito da esfera doméstica, implicando ou não vínculo empregatício. No caso desta pesquisa, o objeto investigado são as operárias assalariadas por peça, as quais, geralmente reunidas em *ateliers* domiciliares, executam tarefas por encomenda, mas não possuem qualquer vínculo empregatício com as empresas para as quais trabalham. Através de um estudo de caso, vai se tentar apreender como e por que o capital se apropria do trabalho feminino organizado sob moldes não tipicamente capitalistas. O que se busca é investigar uma relação muito particular de produção, a partir do estudo de uma situação concreta de divisão do trabalho que se dá no interior da fábrica e que, para atender às necessidades produtivas, expulsa para fora da empresa determinadas tarefas.

Construindo o objeto de estudo

As análises existentes sobre a produção não tipicamente capitalista apontam para uma situação de trabalho que se reveste de características específicas: condições precárias de trabalho, baixa produtividade, burla da legislação trabalhista, baixos rendimentos, marginalização em relação às políticas econômicas, etc. Essas ca-

* Agradeço a leitura atenciosa de Naira Lima Lapis e de Denise Gros.

** Economista da FEE.

racterísticas, mesmo não sendo exclusivas a essa forma de produção, se tomadas em conjunto, especialmente a que se refere à ausência de vínculo empregatício, contribuem para defini-la e diferenciá-la no interior das economias urbanas.

O fato de essas atividades — ditas também informais — serem importantes sob o ponto de vista do emprego, principalmente enquanto absorvedoras de uma grande massa desqualificada de força de trabalho urbana e, além disso, responsáveis pela geração e circulação de um volume expressivo de renda, faz com que se tornem objeto de uma extensa reflexão acerca de seu funcionamento e de suas articulações com o setor produtivo capitalista.

Ainda que existam muitos estudos sobre o assunto, os enfoques permanecem bastante heterogêneos, tanto no que se refere aos conceitos teóricos utilizados quanto às interpretações sobre a sua funcionalidade. Isto porque, se, por um lado, o setor informal é composto de uma variedade muito grande de ocupações, por outro, essas mesmas ocupações vêm sofrendo, ao longo do tempo, uma série de metamorfoses na sua ânsia de subsistir, pelo menos nas brechas do sistema.

A heterogeneidade interna que apresenta o setor e as contínuas mudanças por que passam suas ocupações dificultam e, não raras vezes, impossibilitam a elaboração de teorias que não sejam genéricas, quer na caracterização, quer no entendimento da lógica que rege o seu comportamento.

Essas limitações de que se reveste um estudo global sobre a produção não capitalista — no sentido de dar conta das singularidades de seus múltiplos e diversificados segmentos — tornam cada vez mais necessária uma análise de suas ocupações que, incorporando a realidade aos conceitos teóricos, esteja voltada a situações concretas específicas. É justamente a isso que se propõe esta pesquisa, ou seja, partir do exame teórico de algumas questões envolvidas na discussão do setor informal e, à luz de dados empíricos, contrapor-las à realidade.

Este estudo justifica-se, portanto, como uma tentativa de discutir algumas questões relevantes da literatura crítica sobre o *modus operandis* do setor informal, por meio de uma aproximação maior e mais particularizada com a realidade. Isso será feito através de um estudo mais detalhado de um dos seus segmentos — **trabalho fabril a domicílio** —, com base em uma pesquisa de campo, dada a necessidade apontada de efetuar-se estudos de casos concretos.

Ao se evitar o caminho da generalização, optou-se, portanto, por um estudo mais denso de uma determinada fração da produção não capitalista, na busca de matizes e relativizações dos marcos teóricos já formulados, tendo em vista o conhecimento de situações específicas da realidade.

A escolha da categoria **trabalho fabril a domicílio**¹ como objeto de estudo está relacionada ao fato de ela se situar nas fronteiras entre o setor informal e o setor

¹ A categoria **trabalho fabril a domicílio** está relacionada com a tendência crescente de ampliação da produção industrial através da adoção do *putting out system*, ou seja, uma forma de organização da produção, na qual determinadas etapas do processo de fabricação das mercadorias são realizadas fora da planta industrial, através da subcontratação de serviços.

formal², definindo-se como um “novo” modo de articulação entre o trabalho e o capital. Considerado como uma forma de produção “arcaica”, mas recuperada para uso do capital, o **trabalho a domicílio** nada mais é do que uma simbiose entre o “primitivo” e o “moderno” ou, em outros termos, uma forma sob a qual se reproduzem as relações “arcaicas” no “novo”, tudo isso traduzindo a realidade mutante do modo de produção capitalista. Longe de ser anômalo, o **trabalho a domicílio** revela, portanto, que a combinação de contrários ainda tem — e muito — sentido na lógica capitalista.

Por outro lado, essa alternativa escamoteada de ocupação da força de trabalho, embora considerada como um dos suportes da reprodução do capital, tem também a sua razão de existir nas múltiplas estratégias de que o trabalhador lança mão para garantir a sua sobrevivência e a reprodução de sua família.

Porém é a busca do significado do uso, em grande escala, da mão-de-obra feminina nessas atividades externas à fábrica que se constitui no objeto de estudo desta pesquisa. Ou seja, a intenção é investigar a lógica que orienta, em geral, o atrelamento da mulher a essas formas atipicamente capitalistas de produção e, particularmente, a lógica que explica sua adesão à condição de trabalhadora a domicílio. Agregou-se ao estudo do **trabalho a domicílio** — uma forma de inserção na produção — o exame das especificidades da força de trabalho feminina, uma vez que a possibilidade de uso do trabalho da mulher parece explicar não só a existência da própria categoria de trabalho, mas também os níveis de realização desse setor de produção.

Com o objetivo de delimitar o universo de investigação, optou-se por circunscrever sua análise ao setor calçadista, localizado no Vale do Rio dos Sinos, por dois motivos: primeiro, pela relevância do **trabalho a domicílio** na consecução do produto final deste setor industrial; segundo, pelo fato de esse tipo de serviço externo concentrar, em determinadas tarefas — costura e, em menor escala, corte e montagem —, quase que exclusivamente mulheres.

A partir de uma pesquisa de campo, inicial e exploratória, realizada em alguns *ateliers* domiciliares, tornou-se possível determinar a amostra a ser investigada. Serão pesquisados, em princípio, quatro *ateliers* de costura ligados às fábricas de artefatos de couro e localizados nas cidades de São Leopoldo e Novo Hamburgo.

Dada a preocupação em definir a representatividade da amostra em termos qualitativos, os critérios que orientaram a seleção dos *ateliers* foram:

- a) a significância do seu nível de produção;

² Existe uma certa divergência quanto à inclusão ou não da categoria de trabalhadores a domicílio no universo da produção não capitalista. Há autores que os excluem por considerá-los “falsos autônomos”, uma vez que, ao trabalharem geralmente para as mesmas pessoas, nada mais seriam do que empregados não registrados. Optou-se, aqui, por considerar o trabalho a domicílio como situado nas fronteiras entre o setor informal e formal, por apresentar características de ambos. Mas, no caso do objeto em estudo, pela ausência de vínculo empregatício, ele deve ser incluído, por definição, na produção não capitalista.

- b) a “curiosa” diversidade em sua estrutura de organização — microempresa familiar com subcontratação de serviços de terceiros; “empresa” familiar não registrada, em vias de extinção; microempresa familiar em vias de ampliação; microempresa com 10 a 15 costureiras, todas trabalhando no mesmo *atelier*;
- c) a possibilidade de obter informações, uma vez que, às vezes, o acesso a esses *ateliers* é dificultado pelas fábricas.

Um pouco de teoria

A partir do objeto de estudo assim construído — **trabalho feminino fabril a domicílio** —, é possível interpretá-lo à luz de um referencial teórico mais amplo. A busca de uma ligação dessa categoria de trabalho com processos de caráter global aponta para a intersecção de duas instâncias teóricas: produção não capitalista e força de trabalho feminina. É com base nesse conhecimento teórico que se vão levantar algumas hipóteses sobre o significado do uso do trabalho da mulher em um segmento específico da produção não capitalista.

A hipótese central que permeia este trabalho é a de que esta lógica não pode ser somente buscada nos movimentos do capital e, portanto, nas relações de produção estabelecidas pelo capitalismo. Mas, sim, e principalmente, deve ser explicada pelas relações de reprodução que se definem no âmbito familiar, as quais constituem o determinante principal na organização do trabalho social e o instrumento importante de acumulação.

Para entender a especificidade da sujeição da mulher na sociedade e na produção, frente a outros grupos sociais, há que se considerar sua posição na família e os papéis que lhe foram atribuídos pela organização patriarcal. Isso porque o sistema produtivo, ao incorporar mão-de-obra, está também incorporando a representação sócio-cultural dessa mão-de-obra. Em relação ao trabalho da mulher, essa representação está fortemente associada a uma concepção de domesticidade, fazendo com que sua vida profissional seja limitada, via de regra, às tarefas de cuidar, ensinar, servir, atender, limpar, costurar, enfim, ocupações consideradas socialmente de caráter “feminino”.

Portanto, é importante pensar a família como uma instituição na qual se apreendem os papéis sexuais e onde se estabelece o espaço do trabalho coletivo. Mas não basta investigar o modo pelo qual o capitalismo se vale da identidade imposta socialmente à mulher — a de agente reprodutora —, mas, sim, buscar entender como e por que uma classificação sexual, com base na distinção biológica entre os sexos, se transfere para o domínio da organização social e do trabalho.

Ao se admitir que o elemento sexo institui práticas e representações culturais, a articulação **mulher e trabalho** vai apresentar determinadas particularidades que ultrapassam análises meramente econômicas. Em função disso, esta pesquisa se propõe a refletir não só sobre os determinantes econômicos da existência de uma relação de trabalho que não passa pelo assalariamento, mas principalmente sobre os fatores que levam a mulher a estabelecer tal vínculo profissional.

Sabendo-se que o papel social atribuído tradicionalmente às mulheres repercute sobre sua formação profissional e sobre a maneira como se dão seu ingresso e sua permanência no mercado de trabalho, há que se investigar os determinantes de sua inserção no mercado informal de trabalho, numa tentativa de identificar as estratégias que orientam essa inserção, seu significado e os efeitos que produz sobre esse contingente de trabalhadoras. Para isso, são privilegiadas duas instâncias básicas de investigação — **família e trabalho** ou **reprodução e produção** —, cujo entrelaçamento, sob determinados moldes sociais, confere especificidade, por um lado, à subordinação das mulheres nas sociedades capitalistas — onde, na verdade, ela não é a única categoria subordinada — e, de outro, à sua inserção no setor informal — onde, embora constituindo a maior parcela do contingente nele empregado, também não é a única. Trata-se, portanto, de analisar as relações informais de trabalho que se estabelecem entre a fábrica e a operária, visando a identificar os mecanismos que regem essa forma específica de absorção de mão-de-obra, bem como caracterizar a organização do trabalho familiar e sua influência na escolha e realização das práticas econômicas femininas. O interesse maior é perceber, sob a ótica das trabalhadoras, como se dá a articulação entre essas duas instâncias imbricadas em um mesmo espaço — o doméstico —, tendo em vista, por um lado, as peculiaridades do processo de trabalho a que estão subordinadas e, por outro, a divisão sexual de trabalho que se opera na esfera familiar.

Observando a realidade³

Os primeiros contatos realizados em campo revelaram que, ao contrário do que se pensava, a estrutura de organização dos *ateliers* da região vem se modificando ao longo dos últimos anos. Anteriormente, predominavam grandes *ateliers*, compostos de grupos de 10 a 15 mulheres, sob a supervisão e assalariamento de uma das costureiras que fazia também a intermediação com as fábricas. Hoje, por força das mudanças de conjuntura econômica, os *ateliers* concentram, no máximo, duas a três pessoas — em geral, alguns membros da família ou da vizinhança — no mesmo local de trabalho, ou seja, a casa da costureira-chefe. É essa costureira a responsável pela tarefa principal, a de costura, cabendo a seus auxiliares prestarem alguma ajuda nessa tarefa ou na preparação do material a ser costurado. Em vários casos, a tarefa de preparação é distribuída, através de subcontratação de serviços, a diversos indivíduos que, no entanto, não mais se encontram nos *ateliers*, mas, sim, dispersos geograficamente. Essas mudanças são explicadas por uma costureira que exercia o papel de intermediária entre seu ex-grande *atelier* e a fábrica:

³ Essas observações têm um caráter meramente especulativo, uma vez que se referem a resultados bastante parciais da pesquisa, os quais são restritos aos primeiros contatos em campo e a algumas questões relacionadas ao tema em estudo.

“Antigamente, era todo mundo trabalhando junto num galpão. Tinha várias máquinas (. . .) tinha até empregado. Daí não dava mais pra pagar salário, porque a vida foi ficando pior (. . .). Agora, tem que ir atrás do preparador, ir muito longe, até em Portão, [município próximo a Novo Hamburgo] , às vezes.”

Com a atomização do trabalho de costura em pequenos e precários *ateliers*, é a própria operária a domicílio quem se encarrega, além da costura das peças, também da compra do material necessário à realização de sua tarefa (cola, linha, etc.), bem como da entrega e recebimento das peças para preparação. Às vezes, a costureira realiza inclusive a preparação das peças para costura, pois, segundo uma delas:

“Eu não boto na rua [distribuição a preparadores] , porque dá problema, daí confunde, as pessoas misturam os números; eu não gosto de ficar reclamando (. . .) Eu já peguei trabalho de *ateliers* (. . .) já repassei serviço (. . .) agora não faço mais!”

Quanto a intermediação com a fábrica, em alguns casos, é feita pelo gerente de produção da fábrica. Em uma das situações observadas, com a saída do gerente (“porque pagavam pouco”), quem passou a fazer contato com as costureiras foi a “encarregada dos *ateliers*”, uma empregada da fábrica que, no entanto, não vai ao *atelier*, como fazia o gerente. Isso acaba por onerar a costureira que, agora, é obrigada, ela mesma, a buscar, conferir as peças e entregá-las já prontas na fábrica. Quando ocorrem problemas com a remessa das peças pela fábrica, é a costureira também que tem que resolver e arcar, então, com a “perda de tempo” e os gastos com locomoção:

“Algumas fábricas se encarregam desta parte, não precisa ir lá prá resolver o problema. Tem fábricas que têm responsáveis que intermediam direito. (. . .) O que mais me desgosta é quando falta peça, tem que ir buscar.

“Eles [a fábrica] não se preocupam com o *atelier*, não mandam as coisas direito, a gente tem que reclamar (. . .) o *atelier* tem que procurar o serviço.”

A contagem das peças também é realizada pela costureira, à medida que vai costurando. Da fábrica, ela recebe uma planilha, onde consta a quantidade de peças, por numeração e modelo. Uma das costureiras reclama da falta de organização das peças enviadas pela fábrica: “Da fábrica vem de 37 a 43 [numeração dos calçados]; número picado demora mais; e vem tudo misturado. Quando é prá fora [calçado para exportação] vem um número só!”

A produção média de um *atelier* é de 25 pares costurados por dia, mas quando “vem de 30 a 40 par, a gente faz tudo né?”. As costureiras ganham Cz\$ 13,00⁴ por par costurado, de cujo valor devem ser deduzidos os gastos com matéria-prima

⁴ Valor pago em maio de 1988.

(cola, linha), transporte (ida à fábrica e distribuição do material para preparação), manutenção de sua(s) máquina(s)⁵ e remuneração de seus ajudantes. Como o *atelier* é registrado como microempresa, a costureira arca também com os impostos devidos: **“Se não é registrado, [o *atelier*] posso perder a casa (...) 12 anos como registrado se não a firma não dá serviço prá gente.”**

O ritmo de trabalho, além de ser definido pela fábrica através do número de peças enviadas para a costura, também é determinado pelo prazo de tempo estipulado para sua entrega. A não-entrega no prazo implica o adiamento do pagamento, o qual é feito quinzenalmente. No caso de haver algum problema como o atraso na entrega ou se faltar peças ou ainda se alguma peça estiver com defeito, a costureira só receberá na outra quinzena.

Elas reclamam que ganham muito pouco: **“Não chego a tirar um salário por mês. (...) o marido faz a conta e não quer entender; ele quer que eu pare. De 100 cruzados, vou perdendo 12, sem botar o salário do guri [o filho].”**

Segundo uma das operárias a domicílio, para obter um maior rendimento, a produção do *atelier* deveria ser em torno de 300 pares por quinzena. O “negócio”, para as costureiras em geral, **“vale mais a pena”** quanto maior a quantidade de peças a serem costuradas. Uma delas, ao justificar porque não abandona o serviço de uma das fábricas **“que paga muito pouco”**, explica: **“Outras fábricas pagam mais, mas perde a produção. Na firma G. não.”**

A remuneração por peça, característica estrutural do trabalho a domicílio, pressupõe a ausência de qualquer vínculo trabalhista; pressupõe igualmente a incerteza quanto aos ganhos, que variam conforme o número de peças remetidas, pela fábrica, para costura e que, além disso, podem até nem ser efetuados no prazo previsto, em decorrência de atrasos e/ou defeitos de produção.

Se, por definição, tal relação produtiva já é considerada uma “trapaça capitalista”, pertinente é registrar uma das “práticas” — não rara de acontecer — de que a fábrica faz uso, jogando com o “interesse” das costureiras no sentido de obter uma maior produção para seu *atelier*. Conforme o depoimento de uma delas, confirmado pelo próprio gerente de produção de uma das fábricas, essas, com o objetivo de acelerar o ritmo de trabalho dos *ateliers*, valem-se da seguinte “manobra”: **“prometem”⁶** que, ao longo do mês, entregarão, por exemplo, 8.000 pares de calçados a um determinado *atelier*. Como a produção máxima mensal desse *atelier* varia em torno de 2.000 pares, a costureira responsável é obrigada, imediatamente, a contratar novos ajudantes e preparadores via assalariamento e/ou pagamento adiantado, para garantir sua contribuição no referido período. Ao final da semana, a costureira entrega à fábrica, como uma primeira remessa, o trabalho que seria normalmente executado em um mês (2.000 pares), na expectativa de receber o

⁵ As máquinas são adquiridas, em geral, com os recursos das próprias costureiras, sem financiamento da fábrica. Diz uma delas: **“Vendi um pedaço do terreno [da sua casa] prá comprar.”**

⁶ Os acordos estabelecidos entre as fábricas e as operárias são todos verbais.

resto da costura a ser feita. Entretanto, burlando o acordo, a fábrica não distribui mais serviço. Em consequência, as costureiras têm que arcar com os salários e remunerações pagas adiantadas, além de terem dispendido um esforço sobrehumano para realizar a tarefa em tempo hábil.

A preocupação com a quantidade produzida faz com que as costureiras trabalhem para várias fábricas ao mesmo tempo, como forma de garantir um certo padrão de remuneração. Até porque sua capacidade de mobilização, enquanto categoria, é muito pequena, embora mantenham contato entre si, pois, inclusive, já trabalharam umas para as outras, em algum momento. Nesses contatos, trocam tarefas e informações sobre as fábricas:

“— (...) tá todo mundo largando a firma G.: eles pagam muito pouco.

“— E se todo mundo largar, o que acontece?

“— Quando fala em largar eles aumentam 1 ou 2 cruzados o par.”

A tensão que permeia o seu cotidiano, ao tentar conciliar o trabalho doméstico e o trabalho de costura para a fábrica, pode ser avaliada a partir da descrição da rotina diária feita por uma das costureiras:

“(. . .) manhã cedo [5 horas] tomo café, ajeito a casa, trabalho no *atelier* até 11:30; almoço, lavo e passo um pouco de roupa ‘voando’, porque não dá prá fazer depois. Às 5 horas dou janta pro filho que vai prá escola e vou de novo prá costura; às 7 dou janta pro marido (. . .) volto pro *atelier* até às 10 da noite; daí tomo banho, arrumo a casa (. . .). Domingo, aproveito e faço só trabalho de casa.”

Nem sempre isso é possível, pois, não raro, em determinadas épocas, até os domingos são ocupados nas tarefas de costurar:

“(. . .) tinha que terminar prá entregar na segunda. Trabalhei sábado e domingo todo dia até a meia-noite.

“— E o trabalho de casa? Quem fez?

“— Ninguém. Nos minutinhos que sobrava fazia comida.”

É dessa imbricação entre família e trabalho que o capital se apropria, pois se, na aparência, a rotina doméstica parece estar sob o controle da mulher, na essência, sua dinâmica, em termos de horários e qualidade, está submetida às necessidades de produção da fábrica. A casa, ao funcionar, mesmo fisicamente, como uma extensão da unidade fabril, faz com que se escamoteiem — e aí também se configura uma aparente contradição — os vínculos existentes entre a costureira e a fábrica, ou seja, a figura da dona-de-casa obscurece à da trabalhadora. Por um lado, porque nem a costureira é capaz de precisar o número de horas trabalhadas para a empresa, pois, como foi visto, não há uma divisão rígida entre o tempo gasto nas tarefas domésticas e aquele dispendido na costura. Por outro, porque o esforço dispendido na produção, enquanto esforço individual concreto, torna-se difícil de mensurar quando nele se incorpora a mão-de-obra familiar.

Essa “invisibilidade” de que se reveste o trabalho feminino a domicílio manifesta-se também sob duas outras formas, ainda que não necessariamente exclusivas

a esse tipo de ocupação. Primeiro, pelo fato de o exercício desta atividade — a costura — estar associado a uma qualificação “natural” da mulher, ou, no máximo, como uma extensão das habilidades domésticas. Segundo, pelo fato de a costureira a domicílio encarar seu rendimento como um complemento do orçamento doméstico, no qual predominariam os ganhos do marido.

Quanto ao primeiro aspecto, cabe frisar — e baseando-se no próprio relato das costureiras entrevistadas — que parece não ser o saber doméstico o utilizado na produção fabril, uma vez que a costura industrial requer uma aprendizagem mais específica, adquirida geralmente com outras pessoas ligadas a esse ramo de atividade. Uma das queixas de uma das costureiras refere-se, inclusive, à perda contínua de ajudantes na costura, as quais, à medida que são treinadas por ela e se tornam aptas no ofício, preferem trabalhar nas próprias fábricas. Em função disso, supõe-se que o determinante para a execução dessa tarefa, sob os moldes em que se dá, parece ser, mais do que a socialização da mulher em ocupações ditas femininas, a representação que ela faz de seu ofício e de si mesma, enquanto mulher voltada às tarefas domésticas. Assim é que uma das costureiras, mesmo considerando que aprendeu a costurar sozinha, “de curiosa”, afirmou: “Minha cunhada [também costureira de calçados] me ensinou (. . .) eu ia ajudar ela e fui indo, sozinha, com um pouco de orientação.”

No que se refere ao segundo aspecto — a questão salarial —, fica evidenciado pelas suas declarações o fato de as costureiras a domicílio não considerarem seus ganhos como certamente necessários à reprodução do grupo familiar. Uma das costureiras, cujo marido é motorista de táxi e, portanto, está sujeito a rendimentos variáveis (“não é certo o salário dele: tem dia que vai e faz, tem dia que vai e volta”), assim mesmo declara: “(. . .) o dinheiro do marido é do rancho e da roupa dele; o meu dinheiro é para pagar o resto: compras do dia a dia, roupas prá mim e filho, luz, água.”

No entanto, essa mesma costureira se dá conta que “pão, leite, verdura me leva mais do que tivesse que fazer o rancho.”

A realização da atividade fabril na esfera doméstica gera, no cotidiano da mulher trabalhadora, um conflito constante, pela sua tentativa de conciliar, sempre, a produção de valores de uso para o consumo familiar e a produção de valores de troca exigidos pela fábrica.

Na expectativa de resolver essa tensão, uma das costureiras, “sonha” em fechar o *atelier* e trabalhar na fábrica, como assalariada:

“Agora tô desistindo, vou trabalhar em firma, vou cumprir horário (. . .). Vou vender uma máquina e ficar com a outra prá costura de casa. (. . .) Na firma tem horário, tem feriado. Dentro da fábrica eles exigem mais qualidade do que produção (. . .) o trabalho é feito calmamente. Mais moradia é no trabalho na fábrica, sobra mais tempo prá casa, não tem compromisso.”

Esse depoimento foi dado por uma costureira que, anteriormente, já havia trabalhado em fábrica como “preparadeira” e que parou, segundo ela: “prá trabalhar

por conta, por ser burra e achar, como todo mundo, que era melhor". Ao contrário dessa, a aspiração de uma outra costureira é refazer a situação que viveu outrora, quando chefiava um grande *atelier*: sua expectativa é "algum dia, montar um grande *atelier*, com muitas costureiras".

Embora a costureira que ambiciona trabalhar na fábrica explique sua opção pela "segurança" que o novo emprego lhe dará, ao mesmo tempo, manifesta a sua intenção em continuar pagando os impostos relativos ao *atelier*, para caso, algum dia, precise reabri-lo. Pelo fato de ser conhecida no ramo, essa mesma costureira já fez seus contatos para arranjar emprego. Um ex-gerente lhe garantiu que "se arranjar um lugar, mando te buscar". Mas ela, chamando atenção para a sua qualificação, comentou que já havia escolhido a firma onde iria trabalhar, e diferenciando-se das demais operárias que têm que passar por testes de seleção, afirmou: "Lá [na firma escolhida], eles exigem o teste (. . .) mas eles já conhecem o meu serviço".

As vantagens por ela apontadas para o trabalho dentro da empresa seriam: "— Pagam seus direitos; na fábrica, se estou no meio da costura de uma peça e é seis horas, páro tudo; em casa é diferente." E também quanto ao salário: "— Tenho o meu direito como costureira; Cz\$ 45,00 a hora sai mais que o salário (. . .) agora tou tendo prejuízo."

A nível de suas representações, as costureiras alimentam expectativas diversas, cuja consequência parece ter mais a ver com o seu imaginário do que com a realidade vivida: a fábrica como ideal, a chefia de um grande *atelier*, a mudança para uma casa melhor, os planos para o futuro dos filhos são projetos que preenchem um cotidiano, este sim, pleno de realidade, e onde se inclui um trabalho intermitente, instável, desgastante e de baixa remuneração.

Apesar disso, uma delas revela: "Quem sabe um dia eu acerto na esportiva, na loto, (. . .). Já passei meus pedacinhos, agora eu posso dizer que moro no céu".

Bibliografia

- PITANGUY, Jacqueline & BARSTED, Leila Linhares (1985). Trabalho feminino e mercado informal: algumas considerações. *Literatura Econômica*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 7(1):81-92, fev.
- SILVA, Luiz Antonio Machado da (1986). A oposição entre trabalho doméstico e trabalho feminino remunerado. In: LOPES, José Sergio Leite et alii. *Mudança social no nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 195-210. (Série estudos sobre o Nordeste, 5).
- SPINDEL, Cheywa R. (1983). O "uso" do trabalho da mulher na indústria do vestuário. In: BARROSO, C. & COSTA, A., org. *Mulher, mulheres*. São Paulo, Cortez/Fundação Carlos Chagas.
- TEIXEIRA, Amélia Rosa et alii (1983). O trabalho e a trabalhadora fabril a domicílio. In: BARROSO, C. & COSTA, A., org. *Mulher, mulheres*. São Paulo, Cortez/Fundação Carlos Chagas.